

# "A cultura sempre foi muito perigosa"

O governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, recebeu, na manhã de ontem, nove representantes do **Movimento Brasília Cultura, Democracia**, que questiona o desmembramento da Secretaria de Educação e Cultura, definindo-o como "autoritário, inoportuno e açodado".

O encontro se deu na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em clima tenso. O governador demonstrou nervosismo, muitas vezes, e manteve o tom de suas últimas entrevistas, onde tachou artistas e animadores locais de "fisiológicos e paroquiais". Na manhã de ontem, ele foi mais longe. Prometeu convidar "artistas, de renome nacional, a fixarem residência aqui, para dar fim aos limites paroquiais impostos à cidade, nos últimos anos, e introjetado pela comunidade artística local".

Muitas vezes, o governador bateu a mão na mesa, com força rara. afirmou, categoricamente, que "a Secretaria de Cultura está criada". Momentos depois, disse que "se o Senado não aprová-la, ela não será criada". Mas garantiu que "sua experiência

política" lhe dá a certeza de que "a nova Secretaria é uma realidade".

Para dialogar com o governador, o **Movimento Brasília, Cultura, Democracia** se fez representar por **Glênio Blanchetti**, artista plástico, radicado em Brasília desde os primeiros anos, quando aqui participou da implantação da Universidade de Brasília. **Geraldo Moraes**, autor do longa **A Dificil Viagem** e professor de Cinema e TV, na Universidade de Brasília. **Chico Simões**, presidente da Fetadif, Federação de Teatro Amador do DF, e mamulengueiro (do grupo Presepada). **Leandro Amaral Lopes**, presidente da Fundação Pedroso Horta e professor do Departamento de Economia da UnB. **Pedro Jorge de Castro**, diretor do longa **Tigiplô** e professor da Universidade de Brasília. **Malu Moraes**, cantora e atriz, professora da UnB. **Ezio Pires**, poeta e jornalista, presidente do Sindicato de Escritores do DF. **Márcio Vilettis**, organizador do Festival de Música do Gama. **Berê Bahia**, cineclubista e membro do Cuca (Movimento Cangaço de Dinamização Cultural!).



Gioconda Caputo e  
Maria do Rosário  
Da Editoria de Cultura

**MBCD** — Estas reuniões tiveram sempre um único objetivo: considerando a possibilidade de uma volta do País à democracia, nós não queríamos ser apanhados de surpresa e, de repente, verificar que havia uma democracia no País e nós não sabíamos o que fazer com as nossas entidades profissionais. Por isso, há que se registrar que o Movimento não surgiu, de forma alguma, a partir destas reivindicações setorializadas, que ora movimentam a cidade. Mas sim que resultou de uma integração nossa com todo o movimento nacional, por uma política cultural, resultando, inclusive, numa série de documentos levados ao Ministério da Cultura, a outras autoridades e instituições. E com tudo isso, nós temos, já a esta altura dos acontecimentos, mais que uma grande quantidade de papéis. Temos uma série de posições claras e consonantes com todo o movimento de cultura no País. Na evolução desse processo é evidente que, num determinado instante, chegamos às discussões locais do DF. Então, no momento em que isso aconteceu, nós começamos, também, a produzir documentos e a manter contatos, visando a uma definição de uma política para o Distrito Federal. Nesse sentido, quando o ministro Costa Couto assumiu o GDF, e imediatamente, foram nomeados autoridades locais para esta área, no caso a SEC e a FCDF, nós entramos em contato e tivemos excelente receptividade. E continuamos mantendo este trabalho.

Nosso movimento, que tem todo esse histórico e não começou agora, não em função de nomes, mas em função da elaboração de uma política cultural. O senhor, quando ministro da Cultura, participou de uma delas, na Fundação Pró-Memória. Queremos esclarecer que, nos últimos dias, tem havido um debate intenso através da imprensa, e que cada um de nós, é responsável pelo que assinou e diz. A posição do Movimento Brasília, Cultura, Democracia, que conta com a participação de pessoas e entidades de todas as áreas, inclusive das cidades-satélites, é expresso em documentos oficiais, que

ora lhe entregamos, nesse dossiê.

**Aparecido** — O propósito do governo ao criar a Secretaria, que está criada, precisa ser apenas ser formalizada. Isto, evidentemente, não vou nem discutir, nem questionar a posição do Movimento de vocês, que é legítimo. Esses debates são importantes sempre. E cultura são todas essas manifestações, até aquelas que resultam em posições equivocadas. Elas são muito bem recebidas por mim. Eu sou um homem de peito aberto, sou um homem que tem uma grande experiência, resistência democrática, de forma que isso não chega a me alterar nem um pouco. Acho que vocês devem continuar fazendo o movimento. Acho que com inteligência e coração limpo as pessoas divergem do que seja o cumprimento do dever. De forma que os que achem que a Secretaria vem em hora inoportuna, ou não seria agora que deveria ser criada têm uma opinião absolutamente respeitada. Nós não somos obrigados a coincidir, nem somos uma sociedade que se restaura pela indole da unanimidade. O contrário, a reconquista da liberdade é, inclusive, esta que nós estamos exercendo, agora, de forma criadora. Aqui no governo, evidentemente eu estarei sempre disposto a ouvir e estarei sempre cumprindo a responsabilidade de decidir, da forma mais ampla e democrática. E o que eu disse na minha entrevista é, exatamente, o que eu acho. Vocês são um grupo representativo de um trecho do pensamento, da sensibilidade, da capacidade mental da elaboração da nossa vida cultural. E há outros que eu acho, também, expressivos e serão também eles escutados, ouvidos.

**MBCD** — Mas, a comunidade não pediu esta Secretaria.

**Aparecido** — E nem precisa de pedir. Estas coisas, inclusive, são reivindicadas. Estas reivindicações podem não ser de um grupo, que quer o controle — ou que estava tendo o controle — deste setores da vida cultural do DF. Esses não são apenas os representantes da vida cultural de Brasília e nem pode exercer este patulhamento com relação às decisões do governo. A democracia não é o exercício, que se exerce por um grupo em nome de todos sem nenhuma legitimação para isso. Nenhum dos senhores foram vo-

tados para representar a comunidade.

**MBCD** — O senhor, também, não é representativo, porque não foi votado para governador...

**Aparecido** — Eu sou um deputado dos mais votados do Brasil e fui votado para o governo da forma que a Lei previu. Tive dois terços do voto dos senadores da República, que são votados pelo povo. Este é um processo que não fui eu quem escolheu. Mas no caso de se autodesignarem representantes da cultura, eu acho perfeito. Apenas isso não legitima o processo democrático.

— A sua representatividade, também, é questionada...

**Aparecido** — E por esta razão que nós estamos lutando. Brasília já elegeu oito deputados federais e três senadores e vamos lutar em seguida para que o governo seja escolhido pelo voto direto. Então, o que nós temos que fazer? A minha presença aqui não é outra senão ser alguém que se some a esta vontade geral, do cidadão de Brasília, do exercício do seu direito.

**MBCD** — Mas ao criar a Secretaria de Cultura, sem ouvir a comunidade, o senhor contrariou este princípio.

**Aparecido** — Quero deixar bem claro: se se vai conversar atribuindo a mim formas autoritárias que, na realidade, vivem muito em Brasília vai ficar difícil. Afinal, ainda hoje, há um condicionamento extraordinário e não era pra menos, pois são vividos 25 anos, dos quais 21 vividos no autoritarismo, no céu escuro para a liberdade. Então eu vejo que as pessoas questionam como se a realidade não tivesse mudado. Ninguém pode exercer, em nome da liberdade, a ditadura da minoria, ainda que esta seja reconhecida do ponto de vista intelectual. Acho, inclusive, que este é um episódio que está aquém das responsabilidades do Distrito Federal. Isto de resistência a uma Secretaria de Cultura é algo absurdo.

**MBCD** — Parece-nos que seria mais conveniente para o seu Governo — se é que podemos achar o que é mais conveniente — constatar que só existe este grupo de intelectuais e artistas organizado na cidade. E que trata-se de um grupo suprapartidário e amplo. Não seria mais conveniente se o senhor tivesse tomado esta decisão em conjunto?

**Aparecido** — Eu nunca me recusei a tomar decisões com o mais amplo apoio da comunidade e da consciência pública, pois vocês não vão pensar que um homem da minha consciência e da minha formação fosse realizar estupidez de querer exercer o poder inspirado apenas na minha capacidade de errar. Toda vez que eu puder errar com a participação de um maior número de pessoas, o farei.

**MBCD** — Mas se o Legislativo não aprovar esta Secretaria?

**Aparecido** — Se não aprovar, então não há Secretaria.

**MBCD** — No início da audiência, o senhor garantiu que ela está concretizada.

**Aparecido** — Está. Vocês me desculpem, mas o pressuposto é que um homem político da minha experiência não vai dizer: vamos ver se consegue que o Legislativo não aprove. Acho muito improvável que qualquer encaminhamento que eu faça aqui seja reprovado pelo Legislativo.

**MBCD** — Queremos fazer duas observações: achamos que, na medida em que estamos sentados aqui, é necessário que haja de parte a parte uma certa confiança na sinceridade de ambas as partes. No momento em que o senhor nos coloca como sendo um grupo de pessoas, que defende interesses bastante particularizados, lamentamos dizer-lhe que esta é uma observação bastante injusta. Se quiséssemos vantagens particulares, não estaríamos discutindo o projeto de uma Fundação Cultural, que tem pouco dinheiro, nem seríamos contrários a uma Secretaria de Cultura que, fatalmente, empregará pessoas que trabalham com Cultura. Realmente, empregar pessoas não é o nosso objetivo. Quanto à nossa legitimidade ela não existe, simplesmente, pelo fato de ser reconhecida ou deixar de ser reconhecida. Ela existe, simplesmente, porque aqui está um número de nove pessoas, que foi escolhido, em assembleia. Todos nós representamos trabalhos e entidades. Entidades que são representativas de várias categorias da produção cultural.

**Aparecido** — Este é um pressuposto. As suas deduções são absolutamente respeitadas. A sinceridade do grupo é um dever, é problema da consciência de cada um. Confesso que sou um homem tranquilo com a mi-

nha consciência e procuro fazer tudo com absoluto senso de que cumprio o dever de defender e lutar pelos direitos da comunidade. Neste momento, cumpre-me ouvi-los. Cumpre-me, acima de tudo, trabalhar e exercer, neste momento, o GDF, tentando abrir as mais amplas fronteiras do diálogo democrático. E o que eu tenho feito, pois eu tenho o compromisso de exercer assim a minha vida pública. Sou um homem público. Seria muito fácil para mim dizer "está bem, vamos ver...", mas eu não digo. Eu digo exatamente o que eu estou pensando.

**MBCD** — Mas o senhor continuará tomando estas medidas de cima para baixo, ou de baixo para cima?

**Aparecido** — De cima para baixo, de baixo para cima. Tanto faz...

**MBCD** — Mas isto é muito perigoso.

**Aparecido** — A cultura é sempre perigosa. Há, até, quem pense que o Estado não deve interferir no processo cultural.

**MBCD** — O senhor disse que o Movimento não representa as cidades-satélites. Gostaríamos de dizer-lhe que a Associação de Arte e Cultura de Taguatinga tem 500 filiados, o que a Fetadif reúne 32 grupos. Em reuniões recentes, estas duas entidades se posicionaram contra o processo de desmembramento da Secretaria de Educação e Cultura, que veio sem nenhum tipo de consulta às bases. Por isto, gostaríamos que o senhor, ao tomar decisões de tamanha relevância, promovesse amplos debates e conhecesse a posição dos vários seguimentos da comunidade.

**Aparecido** — Tenho conhecimento de tudo que diz respeito às minhas decisões.

**MBCD** — O senhor fala em direitos e deveres e em seu passado histórico. Em nossa ação como professores da universidade, como artistas e animadores culturais, temos, também, um passado de trabalho. Por isto, gostaríamos que o senhor nos convocasse, através de nossas entidades de classe, e ouvisse nossas opiniões e propostas.

**Aparecido** — Faço isto, sem nenhum favor. É minha obrigação. Aliás, não temos recursos para fazer favores, nem para ser generosos.

**MBCD** — No Gama, governador, há 180 mil habitantes e um movimento cultural ainda dis-

perso, mas muito dinâmico. Nossas reuniões, lá, agrupam 100 pessoas, em média. Por isto, queremos registrar, aqui, nossa preocupação com as mudanças ora planejadas para o setor cultural do DF. De nossa parte, queremos registrar que estamos recebendo, da nova administração da FCDF, atenção nunca vista antes. Agora, que estamos sendo ouvidos, tememos que a Fundação seja esvaaziada.

**Aparecido** — O Pompeu de Sousa apresentou, esta semana, à imprensa, dados sobre o orçamento da Educação e da Cultura, no DF. São estarrecedores. A educação fica com 97%. A cultura fica com uma quantia simbólica. Vocês, do Gama, que são jovens, têm razão de ter medo de mudanças. Eu, porém, que discuto a questão cultural, há três anos, tenho convicção de que é preciso instrumentalizar a área cultural, desmembrando-a da Educação. Este tema é debatido desde 1937, quando Mário de Andrade enviou substancial correspondência a Gustavo Capanema, o primeiro ministro da Cultura, no Brasil, embora o nome de sua pasta fosse Ministério da Educação e Saúde. Nos últimos anos, esta discussão voltou à tona, graças ao Fórum Nacional de Secretários de Cultura, que já promoveu vários debates no Rio, Minas, SP, Goiás. Por isto, por todo este passado, uma das graças que tenho é poder esquecer quando as coisas se põem de maneira que não devem ser lembradas. Já esqueci este episódio de Brasília.

**MBCD** — Gostaríamos que o senhor não o esquecesse, pois ele é muito significativo. Trouxe à tona questionamentos e reflexões, muito necessários.

**Aparecido** — Mas já esqueci. Neste caso, fico amnésico. Faço absoluta questão de esquecer as pessoas que um dia ousaram ficar contra a criação de uma Secretaria de Cultura.

**MBCD** — Gostaríamos de repetir que não somos contrários a um futuro desmembramento da Secretaria de Educação e Cultura do DF, mas sim, contrários ao processo de sua implantação, que é inoportuno e açodado.

**Aparecido** — A questão já foi exaustivamente debatida nos encontros do Fórum Nacional de Secretários de Cultura. O desmembramento está mais que aprovado. Ele é necessário

e consensual, em todo o País. Só não é aqui.

**MBCD** — Documentos baseados em estudos de Celso Furtado, que subsidiou, com suas **Sete Teses Culturais**, os debates do Fórum, recomendavam que se desmembrasse o MEC, desde que antes houvesse amplo debate entre os produtores culturais, através de suas entidades. As 25 federações de teatro amador, representadas no Fórum, em BH, apolaram esta postura.

**Aparecido** — Repito que os princípios dos debates do Fórum foram seguidos ao pé da letra.

**MBCD** — Técnicos da Codeplan mostram que o desmembramento indiscriminado de secretarias cria novos entraves burocráticos e dificulta a vida do cidadão, ao invés de facilitá-la.

**Aparecido** — (exaltado): Codeplan, que Codeplan!

**MBCD** — E de todos sabido que a simples criação de uma Secretaria não resolve os problemas, a não ser que, com ela, venha uma política bem desenvolvida e aplicada.

**Aparecido** — Disso ninguém duvida. Acho que já temos idade para não mais perder tempo.

**MBCD** — Embora o senhor diga que já esqueceu a ação do nosso movimento, gostaríamos de lembrar que continuaremos apresentando nossas propostas e discutindo temas que sensibilizam a comunidade artística local.

**Aparecido** — As colocações de vocês dão a crer que estamos discutindo divergências substanciais. Acho isto uma perda de tempo e um desserviço à democracia. O governo tem que escutar, e escuta. Vocês representam alguma coisa na estrutura e são importantes para o governo. Respeitamos, até, os **partidos inexistentes** de Brasília. Tenho ouvido a todos. Já ouvi mais de mil pessoas, nestes 19 dias. Ouço a comunidade intelectual, como ouço a associação de inquilinos de Ceilândia (referência ao Movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia). Mas não fiquem preocupados com meu desempenho político, pois tenho experiência suficiente para desempenhá-lo da melhor forma possível.

**MBCD** — Nós só estamos pedindo que reflita se o que é bom para o senhor é o mesmo que é bom para a comunidade.